



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 255 -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de dois mil e oito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão extraordinária (comemorativa e solene) a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, para comemorar o 34.º Aniversário da Revolução de Abril. -----

----- De referir que além da sessão extraordinária, houve um conjunto de outros momentos comemorativos deste dia, imediatamente anteriores à referida sessão, que se iniciaram pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, conforme protocolo, a saber: Formatura da Guarda de Honra, pelo Corpo dos Bombeiros Voluntários de Anadia, na Praça do Município; Recepção às Entidades e Convidados; Cumprimentos à Guarda de Honra pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal; Hastear das Bandeiras e execução do Hino Nacional, pela Banda de Música de Anadia; Desfile apeado e motorizado do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Anadia, Guarda Nacional Republicana, bandeiras/estandartes das Juntas de Freguesia e das várias Associações/Instituições do Município de Anadia; e Solta de Pombos. -----

----- Imediatamente a seguir à sessão extraordinária ocorreu a inauguração da exposição "Presidentes da Assembleia Municipal – do 25 de Abril à actualidade", a decorrer no Centro Cultural de Anadia, no Vale Santo, seguida de um Espumante de Honra. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas onze horas e quarenta e cinco minutos. --

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Daniel José Pinto Meira – GM do PS; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
- • Jaqueline Soares dos Santos – GM do PSD; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • João Alves Morais – GM da CDU; -----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS. -----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF): -----
- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim; -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD – PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD – PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -
- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; ---
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
- Não compareceu à sessão e não solicitou a sua substituição a Senhora Deputada, do indicado GM: -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS. -----
- Não compareceu à sessão mas solicitou substituição, nos termos do art.º 11.º do RAMA, que não se efectivou por nenhum membro da lista estar presente, o Senhor Deputado, do indicado GM: -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o seguinte Senhor Deputado e PJF: -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita – substituído por Jaime Antero Rosmaninho dos Santos. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes todos os seus membros: -----
- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----

----- Na abertura da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos os Senhores Deputados Municipais, membros do executivo, convidados e demais pessoas presentes na sala. De imediato, dirigiu uma palavra de agradecimento especial às entidades, que desde o início colaboraram e mostraram uma total disponibilidade, em particular aos Bombeiros Voluntários de Anadia, à Guarda Nacional Republicana, à Banda de Música de Anadia e às Associações Columbófilas do Município de Anadia. Dirigiu um particular agradecimento ao Comissário das Comemorações, o Senhor Prof. João José Dias Coimbra, que disse ter sido incansável na missão que entendeu assumir com plenitude, com grande profissionalismo, dedicação e empenho. Agradeceu, também, aos funcionários da Câmara Municipal que colaboraram nas comemorações, às Juntas de Freguesia, nomeadamente aos seus Presidentes, destacando o trabalho fundamental que efectuaram junto das Associações. A estas últimas, dirigiu uma palavra de reconhecimento pelo facto de terem comparecido em enormíssimo número, numa representação de setenta e cinco Associações, o que demonstrou bem a adesão e a forma empenhada como assumiram a missão. Deu ainda uma palavra de gratidão às Escolas do Município com 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, que receberam a Assembleia Municipal aquando da iniciativa dos colóquios, tendo agradecido aos representantes destes estabelecimentos presentes na sala. E por fim, numa nota final agradeceu a todos quantos não referiu mas que também se empenharam, se dedicaram e que também tiveram um papel importante nas Comemorações. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, que a sessão extraordinária (solene e comemorativa) se resumia às intervenções dos representantes dos Grupos Municipais, bem como às intervenções dos Senhores Presidente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, dando conhecimento da respectiva ordem de intervenções: Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), Senhor Deputado João Morais (CDU), Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal (PS) e Senhor Deputado José Veloso (PSD), após o que se seguiria a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e a sua a finalizar a sessão. De imediato, passou a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas para proceder à sua intervenção. -----

----- O Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) começou por cumprimentar os presentes, passando a ler o discurso, o qual se tenta transcrever na íntegra: *“Reunimo-nos hoje, na já tradicional cerimónia comemorativa do 25 de Abril, para assinalar um novo caminho que há tinta e quatro iniciámos, rumo à conquista da liberdade e à instituição da Democracia no nosso País. Este caminho, foi, é, e continua a ser, um caminho difícil que está longe de se poder considerar garantido e, muito menos, concluído. A cultura da exigência implica a procura de mais democracia e melhor protecção dos direitos fundamentais. Ao celebrar os primeiros passos – difíceis e sujeitos de controvérsia – como todos são, e já consolidados os princípios democráticos, devemos estar cientes que esta, como qualquer outra obra humana, será sempre imperfeita e até desejavelmente inacabada. Por isso, hoje, para além da evocação do passado é importante pensar o Futuro. Na evocação, prestamos homenagem à determinação dos militares*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Abril e a todos que durante o regime autoritário, foram perseguidos, presos ou exilados. Mas também homenageamos as figuras cívicas, políticas e militares que no período do 25 de Abril lutaram e venceram um novo totalitarismo que proclamava o caminho para o socialismo e a primazia da autoridade revolucionária. Foram também homens que garantiram que Portugal seja, hoje, uma Democracia de cariz Europeu e Ocidental. Relembro por exemplo os Homens como Jaime Neves, Tomé Pinto ou Ramalho Eanes. Evoco a memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Nunca é demais recordar que para que do 25 de Abril imergisse a Democracia Parlamentar foi necessário, e decisivo, o 25 de Novembro de 1975. Se é justo homenagear os militares de Abril, não menos justo é, nesta hora não esquecer aqueles que defenderam um Portugal verdadeiramente livre! Quanto ao futuro, é importante ter a consciência de como o Mundo mudou. De como diferentes são os perigos, as ameaças e os desafios que se deparam a uma Nação antiga como a nossa. Tanto mais que ao contrário de outros países Europeus, o século XX, com a excepção de um curto período de tempo, não foi, em Portugal, um século liberal; não trouxe à sociedade portuguesa sentido de risco, tradição de empreendedorismo, defesa da propriedade, consolidação das liberdades individuais nem a necessária mobilidade social. Em tudo isto, o século XXI Português tem de ser diferente. A verdade é que o Estado Novo se caracteriza, para além da ausência das liberdades públicas, igualmente por um forte condicionamento da liberdade económica e social, legando uma cultura proteccionista. E, não é menos verdade que o 25 de Abril, tendo introduzido as desejadas liberdades democráticas, criou um novo modelo estatizante em que as nacionalizações e o elevado peso do Estado na economia foram o exemplo mais penoso. Para vencermos estes novos desafios devemos também ultrapassar alguns dos dogmas desta herança, reforçando plenamente os ideais de democracia e liberdade. Politicamente, é essencial reforçar a existência de instituições sólidas e confiáveis, impedindo qualquer tentativa de substituir uma democracia representativa por uma "democracia de opinião", que carece de mandatos electivos. Ou de substituir, por decreto uma democracia plural e representativa que existente por única e exclusiva vontade do povo por um sistema político cada vez mais fechado. O futuro que ambicionamos é de uma democracia de uma assembleia tão exigente quanto valorizada, baseada no pluralismo e no respeito pelo princípio da representatividade das várias correntes de opinião. Por isso, rejeitamos qualquer reforma de secretaria que conduza a um rotativismo assente em dois sentidos indiferenciados. O actual sistema eleitoral está bem e recomenda-se e permitiu todas as soluções e maiorias possíveis. Nos princípios basilares de uma sociedade – a responsabilidade individual e a autoridade – valores relevantes para a formação de uma nova geração de Portuguesa, devemos ser exigentes. Na escola, onde o declínio de autoridade do professor não é compatível com um igualitarismo enganador que resulta em agressões de alunos a professores; nos tribunais onde a autoridade dos magistrados não é compatível com a espectacularidade mediática de justiça nem se compadece com atrasos inaceitáveis; nas ruas onde as autoridades das forças de segurança não é compatível com constantes actos de violência praticados contra quem defende o valor máximo da liberdade que hoje celebramos.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hoje, os Portugueses vivem com insegurança: insegurança quanto ao funcionamento do Serviço Nacional de Saúde; insegurança quanto à solvência do sistema de pensões; insegurança quanto à capacidade económica de gerar riqueza, criar emprego e insegurança quanto ao poder de compra das famílias portuguesas. São estas inseguranças do "Cidadão Real" e são estas que o Estado tem que compreender e saber responder sem dogmatismos ou utopias, mas assente na administração exigente dos recursos públicos, na viabilidade das políticas sociais e no crescimento económico. Não aceitamos a ideia que o afastamento do Estado dos cidadãos é condição essencial para ganhar eficiência na sua gestão Acrescem ainda dois aspectos sinais de maior relevância, quer para a nossa vida em comum enquanto sociedade quer para as nossas ambições para o futuro. E, por isso, é necessário favorecer a criação de uma cultura de responsabilidade pessoal e social. Por exemplo, no aproveitamento das oportunidades que o sistema de ensino proporciona; no incentivo e justiça célere que invente e arrisca; na intransigência face a corrupção; no escrutínio dos corpos profissionais; no respeito pela propriedade; na defesa de privacidade. Nestes, como em outros aspectos a sociedade não pode delegar no Estado. Tem que ser exigente com o Estado mas também consigo mesma. E esta cultura de exigência é uma mudança de atitude que devemos aceitar e um desafio que temos que ultrapassar. Por fim, devemos dar a devida atenção aos desafios contemporâneos que estão diante dos nossos olhos. Pois, se as dificuldades são evidentes na criação de um modelo social moderno, mais claras ainda são se olharmos para os grandes desafios do século XXI como são o Ambiente, a Investigação Científica e a Cultura. Este é o Portugal que falta fazer; é este o futuro que ambicionamos para vivermos num país que seja mais justo e mais próspero. Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal!" -----

----- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por cumprimentar os presentes, passando, de imediato, a fazer a sua intervenção, a qual se tenta transcrever na íntegra: "Estamos de novo aqui em sessão extraordinária nesta Assembleia a invocar uma das datas mais importantes da nossa História recente: O glorioso vinte e cinco de Abril de 1974. Esta inesquecível data representa o derrube do Fascismo, da arbitrariedade e o encerramento das prisões políticas de Caxias, do Aljube, de Peniche e o também triste célebre campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Representa, ainda, o fim da Guerra Colonial. Essa guerra injusta, onde morreram milhares de jovens dos dois lados da contenda e onde muitos outros muitos milhares ficaram estropiados para o resto das suas vidas. Foi na sequência do 25 de Abril que aconteceu a descolonização e o surgimento de novas Nações soberanas e independentes. Estes acontecimentos históricos e o seu desfecho devem-se à resistência do Povo Português e a um punhado de jovens militares - os designados Capitães de Abril, a quem prestamos aqui uma justa e sincera homenagem. O levantamento militar de que foram protagonistas foi saudado pelo Povo, que os aclamou nas ruas e nos quartéis. Foi o início da esperança amordaçada em quarenta e oito anos de ditadura feroz e sanguinária. Foi bonito de ver! Essa mola humana na rua rejubilando de cravos na mão a saudar os militares. Passados que foram estes trinta e quatro anos após essa gloriosa data, importa perguntar, se as



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

motivações desses militares e o sonho do Povo foram cumpridos, ou se se encontram em vias de o ser. Para nós, CDU, não foram, nem se nos afigura, com este tipo de políticas, alguma vez o venham a ser, porque os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Por isso, aqui deixamos claro o nosso descontentamento e a garantia de que continuaremos na luta dentro e fora das instituições pela concretização objectivos do programa do MFA, pela exigência das promessas ciclicamente feitas, que configuram as aspirações da grande maioria da população portuguesa e dos trabalhadores e que depois nunca são cumpridas. Essas legítimas expectativas da população que, crente nos políticos de promessa fácil, têm sistematicamente sido defraudadas ao longo dos tempos pelos pregadores de mais e melhores condições de vida que, sempre em período eleitoral, prometem, sabendo que depois não vão cumprir. Tem sido assim nos últimos trinta anos e ultimamente ainda mais acentuado. Tivemos uns que disseram que viam uma luz no fundo do túnel, outros reclamavam para que os deixassem trabalhar, outros disseram que herdaram um País de rastos, depois, outros que receberam o País de tanga e, finalmente, uns que prometeram muito e garantiram que com eles é que ia ser bom. Estes são o actual Governo que, desfraldando a bandeira das suas designadas "reformas" tem vindo a alterar, sempre para pior, as já difíceis condições de vida dos reformados, dos trabalhadores e do nosso Povo. Prometeram em dois mil e cinco, na campanha eleitoral, a criação de cento e cinquenta mil novos postos de trabalho e que a qualidade de vida iria voltar à sua grande agenda governativa. Passados estes três anos, o que se constata é que o desemprego subiu, sendo que hoje temos a mais alta taxa de desemprego dos últimos vinte anos. A qualidade de vida é a que constatamos e a que está à vista de todos. Mais dificuldades para o povo e trabalhadores e mais e maiores lucros para os mais ricos. Segundo dados vindos a lume na imprensa, o desemprego é, hoje, de 8,2%, em contraponto com os 7,1% em dois mil e cinco. Ou seja, um aumento de desempregados acima de sete dezenas diariamente. Já não falando em Espanha com cem mil trabalhadores e mais cento e cinquenta mil trabalhadores a trabalhar no nosso País a recibo verde e a contratos a termo que, no final desses contratos, nada têm a receber de apoio do nosso Estado. Prometeram tirar trezentos mil reformados da pobreza e o que se verifica é que o número de pobres em Portugal tem vindo a aumentar e hoje estima-se em cerca de 20%, ou seja, dois milhões. Um número aterrador. O número de idosos a receber complemento solidário é quase insignificante face ao número de pobres reformados. Prometeram mais educação e melhores condições para o ensino, mas o que se tem assistido é ao encerramento de escolas, à retirada de direitos dos docentes e ao galopar sobre as suas conquistas, tentando fazer crer à opinião pública que os males do ensino provêm dos professores, que são uns privilegiados e incumpridores. Prometeram mais saúde e melhores condições de acesso à saúde, mas temos é vindo a assistir ao encerramento de SAP e serviços de urgências, afastando cada vez mais as populações desse direito constitucional que é a saúde. Aumentaram as taxas moderadoras e retiraram as comparticipações em centenas de medicamentos, fazendo que dessa forma fiquem ainda mais caros aos bolsos dos doentes. No nosso concelho, foram encerrados o SAP de Sangalhos e as Urgências do Hospital José Luciano



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Castro. Aqui prestamos a justa homenagem aos Sangalhenses e Anadienses que ao longo deste tempo de contestação promoveram já mais de duas dezenas de acções de protesto, sempre com significativas participações, fazendo chegar o seu descontentamento aos mais altos responsáveis da Nação. Prometeram não aumentar os impostos e o que se tem assistido é ao seu agravamento, pese embora a anunciada redução de 1% no imposto de consumo, ou seja, no IVA, mesmo assim mantemos das mais elevadas taxas sobre o consumo em toda a Europa. Perante este quadro negativo, diz o Governo que está a reformar o País. Mas a parte privilegiada da sociedade, a Banca, o poder económico, os administradores das empresas públicas e semi-públicas, como vivem? Vêem anualmente aumentar os seus lucros e rendimentos, com os seus salários dourados e regalias principescas, e ainda recebem indemnizações do outro mundo quando abandonam os cargos públicos e indo, depois, duma forma geral, ocupar outros. Por tudo isto, os trabalhadores e os funcionários públicos não têm dado tréguas a este Governo que arrogantemente diz que cem mil professores, sendo um número muito significativo, não os demovem porque em confronto com a força dos números têm eles a força da sua "razão". Este Governo já viu a contestação às suas políticas duma forma que talvez nunca antes um outro o tivesse visto. Foi a Greve Geral marcada pela CGTP, foi a manifestação pública de dezoito de Outubro, foi a manifestação de cerca de cinquenta mil pessoas convocadas pelo PCP, para defender a liberdade, foi a jornada de indignação dos professores, as dezenas de concentrações distritais, as recentes manifestações de Lisboa e do Porto, etc., etc. Por tudo isto, o que afirmamos, minhas Senhoras e meus Senhores, o Partido Comunista Português não se revê neste tipo de políticas e, conseqüentemente, continuaremos a lutar por uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde se ponha fim às desigualdades sociais e termine, de vez, este fosso entre ricos e pobres. De pouco ou nada adiantará pretender fazer crer aos Portugueses que se faz obra "televisiva" se ela não for palpável e não corresponder às aspirações e anseios dos Portugueses. E se me permitem, quero, aqui, prestar uma grande homenagem a um grande cidadão, Aveirense, do nosso distrito, que não teve a honra de viver o dia 25 de Abril, Dr. Mário Sacramento, e de transmitir uma mensagem que ele deixou poucos dias antes de morrer: "Façam um mundo melhor. Não me obriguem a voltar cá". Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!" -----

----- De imediato, tomou a palavra o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que começou por cumprimentar os presentes, tendo passado, de seguida, a ler o seu discurso, o qual se tenta transcrever na íntegra: "Vale a pena celebrar, mais uma vez, o 25 de Abril, que deu origem, não tenho dúvidas em afirmá-lo, ao regime mais evoluído da nossa história. Por razões de queixa que tenhamos, não podemos perder essa perspectiva da história. E, neste aniversário do 25 de Abril, vale a pena, também, reflectir no desenvolvimento do país, tanto mais que o Desenvolvimento foi um dos objectivos fixados pelos Capitães de Abril. Mas o Desenvolvimento não é um decreto, não é um tesouro que se guarde, é um processo em permanente construção, nunca se chega a um cumprimento completo, tem que estar em permanente adaptação à mudança. E, de facto, muita coisa tem mudado, no mundo e em Portugal, e continuará a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mudar. Os problemas de hoje têm que ser enfrentados e resolvidos com os recursos e as condições de hoje e não do passado. Por isso se impõem as medidas que o Governo tem levado a cabo. Por exemplo, é sabido que a nossa sociedade está cada vez mais envelhecida, porque há menos nascimentos e as pessoas vivem cada vez mais tempo. A fixação dos sessenta e cinco anos como idade da reforma igual para todos os trabalhadores portugueses foi uma medida justa e necessária para a sustentabilidade da Segurança Social. Mas ainda há quem conteste a justeza desta medida. O 25 de Abril alargou as expectativas dos cidadãos, dando a alguns a ilusão de que o bem-estar é um direito sem contrapartidas, independente da riqueza que é gerada no país. Como se houvesse uma árvore das patacas. Esta ilusão tem sido alimentada por alguns partidos, com apelos constantes, por um lado, à maior intervenção do Estado, ao mesmo tempo que reclamam a baixa dos impostos. É o jogo fácil do sol na eira e da chuva no nabal a que se têm entregue, não só os partidos que vivem do protesto, mas até um partido com mais responsabilidades e ambições de governo, como é o caso do PSD. E se me permitam, a propósito da situação actual do PSD, eu faço votos para que o PSD se constitua como uma alternativa séria e credível porque a Democracia precisa de alternativas sérias à disposição dos eleitores. Portugal não é um país pobre, mas perde na comparação com os melhores países europeus. E perde, sobretudo, em termos do que se chama a produtividade, quer dizer, com os mesmos recursos, Portugal consegue menos resultados do que os melhores países. Estatísticas internacionais revelam, com diversos indicadores, que nomeadamente nos domínios da saúde, da justiça, da educação, temos uma fraca produtividade. Na educação, por exemplo, que tem sido tão falado ultimamente, Portugal é um dos países do Mundo que mais gasta em percentagem do seu PIB (Produto Interno Bruto) para a educação. Por isso o Governo tem que fazer reformas dos serviços do Estado para obter melhores resultados, tem que organizar melhor os recursos e os meios que existem. As reformas são necessárias para cumprir o espírito do 25 de Abril. Muitas vezes não é uma questão de dinheiro, é mais uma questão de organização. Por exemplo, notícias recentes revelam que Portugal é um dos países mais equipados em auto-estradas, Lisboa é a região da Europa mais equipada em auto-estradas. Às vezes há coisas mais importantes que não se medem em dinheiro, questões de organização, saber trabalhar, trabalhar melhor. Mas por muito boas que sejam as reformas nos seus princípios, elas têm que ser bem executadas. E quando não o sejam, tem de haver lucidez e coragem para fazer ajustamentos, sem pôr em causa os princípios. Foi o que aconteceu, recentemente, que eu saúdo, o acordo que chegou a propósito do sistema de avaliação dos professores e, esperamos, que igualmente seja aquilo que venha a acontecer a propósito das urgências no Hospital de Anadia, a partir das negociações que estão em curso entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Anadia. A Lei das Finanças Locais. Aí está outra reforma empreendida pelo Governo. E, apesar das críticas que até aqui, em várias sessões da Assembleia Municipal, se fizeram sentir contra essa Lei, o que é certo é que Anadia viu aumentadas as transferências do Estado para o desenvolvimento do concelho. Portanto, não é falta de dinheiro, nem é culpa do Governo, que problemas sérios que persistem no concelho de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia venham a ser resolvidos, problemas sérios e velhos dos Parques Industriais que faltam a funcionar, das inaugurações que tardam, sempre anunciadas e sempre adiadas, da biblioteca, do mercado, do cine-teatro, da rede de saneamento que é preciso que esteja completa e a funcionar ao serviço da população, etc. Resolver estes e outros problemas do nosso concelho será a melhor forma de celebrarmos, na nossa terra, o espírito do 25 de Abril.” -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Deputado José Veloso (PSD) que, depois de cumprimentar os presentes, deu início à sua intervenção, com o teor que se tenta transcrever: *"Naturalmente que é com seriedade, com responsabilidade, que o PSD celebra e comemora o 25 de Abril, que teve um prenúncio com toda a actividade do Dr. Francisco Sá Carneiro. Esta é a época do ano em que mais renovação na natureza se faz, abrindo-se uma, e outra vez, as portas da esperança. De igual modo, no 25 de Abril de 1974, uma renovação da sociedade deu-se, abrindo as portas da liberdade, que já habitava em muitos pensamentos, sendo aí, ilimitada, pois não há como pôr-lhe peias, pois este voo apenas podia ser detido por mais um lapso de tempo, mas jamais seria possível aniquilá-lo: é a força da liberdade. O perfume dos cravos brancos da paz e vermelhos, da raça, da fotogenia, libertaram o Homem de constrangimentos diversos – da censura, das suas consequências, duma guerra sem desígnio, de comportamentos diversos duma sociedade hipócrita – carregando consigo a semente da oportunidade. Note-se que o ciclo final do Estado Novo também conhecido por Primavera Marcelista tinha feito progressos materiais apreciáveis mas tinha apenas acentuado as suas contradições apesar de um progresso material que não era acompanhado pelo progresso moral exigível à época e aos olhos também actuais. Acentuaram-se e acentuam-se as fracturas do regime, o desenvolvimento torna-se imoral pelas condições em que toda a portugalidade vive. Atente-se que o progresso é uma condição da natureza humana. É uma força viva, cuja acção aqui e ali, pode ser retardada, porém não anulada. Daí que a sementeira da própria época irrompeu com tal pujança que produziu o desmoronamento do carunchoso edifício do estado novo, proporcionando assim um golpe militar que desembocou numa revolução perfumada. Logo é também de lembrar que a nossa razão de ser desde o século XV até 1974 foi a acção ultramarina. Em 1974 perdeu-se essa razão de ser. Éramos um país sozinho, não podíamos lutar contra as quatro partes do mundo. A pressão era muita e a trave estalou. Saímos do ultramar. Abandonámos todos os nossos interesses e investimentos – transformações que eram inevitáveis. Ainda é de recordar que Portugal, a partir do século XV, viveu da administração de riquezas que produziu fora da sua própria fronteira. Mas em 1974 esse projecto acabou. E a revolução das fragrâncias diversas está aí. Revolução singular, com peças únicas, mas que apenas quer dar uma nova ordem que não deveria ser alicerçada na vigência de leis para os fortes em detrimento dos fracos. Certamente havia e haveria uma fundada expectativa. Do Movimento das Forças Armadas, emergiram, para dignificar o Homem, o Povo, três objectivos: Descolonizar, o que foi conseguido, ainda que tenha tido custos; Democratizar, o que ainda é alvo de toda a atenção; Desenvolver, sendo o mais difícil do quadro actual, onde o Homem é apenas um número, não se respeitando o envelhecimento, muito menos, o envelhecimento*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

activo. Hoje, como vemos, quase que houve uma promessa do paraíso. Houve mudanças, mas materialmente, ainda não atingiram o desenvolvimento de outras alturas. Politicamente avançámos. As instituições políticas portuguesas passaram a ser semelhantes às dominantes de toda a Europa civilizada. Passámos a ter instituições democráticas, eleições autárquicas – o poder autárquico deve ser preparado para responder aos novos desafios deste século – é imperioso que se faça. Ter-se a livre discussão, o livre direito de associação e acabou-se com certo tipo de censura, em particular, da imprensa. Houve uma normalização democrática que só merece louvor. Porém, a história muda-se. Hoje chama-se à liberdade conquistada em Abril a normalidade constitucional, a existência de partidos, os debates parlamentares. É a isso que se chama Liberdade. Objectivamente, hoje, temos menos liberdade que há um certo tempo, porque actualmente mais de 50% das competências não são do Estado português, mas sim da União Europeia. Mas nem só aí se tem estrangulado a Liberdade. Outros factores se vão vendo anunciados, todos os dias, sem escrúpulo, no seio de uma imprensa cada vez mais direccionada. Hoje desagrega-se a família; Hoje um quarto das crianças portuguesas podem ficar em risco e não é um fenómeno recente mas que se agrava; Hoje há um aumento do fosso entre os que sobrevivem e os outros, não é fenómeno recente, mas agrava-se; Hoje desrespeita-se as instituições; Hoje há austeridade, desemprego e insegurança de vária ordem; Hoje há um mal-estar social sério; Hoje não há como tapar o sol; Hoje há um problema sério que não é conjuntural mas sim estrutural. Ninguém tem as mãos limpas neste processo. Hoje a actividade política tem que ir mais além do parlamento, da vida sindical ou autárquica, procurar outros patamares que proporcionem uma "orientação" clara, um desígnio que nos motive em que sejamos impelidos a participar com fervorosa motivação, que nos liberte, em que possamos ser nós a marcar o ritmo, antes que a pobreza, a corrupção e a desorientação façam o resto: aumentar a incapacidade de reacção e de mobilização. Hoje enfrentamos o triunfo do individualismo, os extremismos religiosos e o terrorismo directo, as acções governativas resultantes destas acções extremas, o desaparecimento de ideologias, a má preparação para o comércio livre, enfim, o processo de globalização. Hoje teremos de nos preparar para valores fundamentais, simples, mas essenciais, como a honestidade, a caridade, a dimensão do estado, a noção de construção de um futuro comum. Ainda assim, hoje temos que ser esperançosos, renovados, pois é isso que Portugal (e não só) precisa ou precisam. Só podendo nos basear numa análise séria daquilo que nos afecta e que nos impede de avançar. Não há que fugir. Há que ver uma oportunidade, num mundo de desafios. Ainda que estejamos numa época, em há que fazer esforços para unir, para solidarizar, para cooperar. Estamos numa época difícil em que temos de estar atentos e em que teremos provavelmente de voltar a lutar pelos direitos essenciais, os direitos do homem, eventualmente da democracia que ainda hoje vamos tendo, pela razão e pela liberdade. Estamos numa época em que a sociedade e o homem estão silenciosos, anestesiados, onde temos dificuldade de utilizar a razão para procedermos às nossas escolhas. Os amantes da Liberdade só têm que estar unidos. Foi esse exemplo de um punhado de homens unidos que trouxe a liberdade. Souberam-na partilhar, não querendo ficar



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o poder que detinham, não se apropriando dela, deixando-a ao Povo em eleições livres para a criação de uma época de esperança. Viva Portugal! Viva a liberdade! -----

----- De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que, depois de se dirigir aos presentes, passou à sua intervenção, a qual se tenta transcrever: "25 de Abril de 1974. Momento em que o Povo saiu à rua para apoiar o movimento revolucionário que as Forças Armadas puseram em marcha com vista à conquista da Liberdade e da Democracia. Momento fulcral da nossa história, que pelo seu significado e pela coragem de todos aqueles que o tornaram possível, continua a merecer a nossa homenagem e a justa evocação dos factos ocorridos e dos valores então conquistados. Consolidadas a Liberdade e a Democracia, tornou-se claro que facilmente poderíamos alcançar os direitos e garantias por que ansiávamos, no sentido de criar uma sociedade mais justa e solidária. Serviços e direitos básicos como a Educação, a Saúde e a Justiça mereceram, na altura, intervenções de fundo. Ao nível da Educação, requalificaram-se e construíram-se novos estabelecimentos de ensino, desde o pré-primário até ao ensino superior, numa perspectiva de combate ao analfabetismo, de aumento da escolaridade obrigatória e da qualificação técnica. No campo da Saúde, descentralizaram-se os serviços, construíram-se novos equipamentos (unidades ou centros de saúde), alargaram-se as valências, criaram-se o Serviço Nacional de Saúde e a figura do Médico de Família, entre outros. Na Justiça, assistimos à reforma do Código Civil e do Código Penal e à criação dos Tribunais de Círculo e de uma série de tribunais de competências especializadas, que contribuiriam, por certo, para agilizar os processos, ajudar no combate à corrupção e, acima de tudo, para uma acção mais determinada da Justiça. Neste período, foi possível criar condições para o crescimento da economia do País, no que foi decisiva a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, hoje, União Europeia. Não só nos aproximámos politicamente dos países europeus, como nos foi facultado o acesso a meios financeiros que permitiram às Administrações Central e Local promover investimentos estruturais, absolutamente fundamentais para o progresso e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente na rede viária ampliada e modernizada, redes de abastecimento de água e de saneamento básico, na construção de equipamentos colectivos e acções de formação, entre outros. Neste contexto, houve também espaço para o Poder Local, que viu novamente reconhecidas, e até alargadas, as capacidades e competências que, ao longo dos séculos deteve, mas que, durante a ditadura, lhe haviam sido limitadas. Em 1975 foram, pela primeira vez, democraticamente eleitos os seus órgãos representativos e, desde então, tem-se acentuado o seu papel interventivo na governação e administração do território. Falar, naturalmente, neste momento, de gestão financeira ou apresentação de obras, acho que o 25 de Abril, esta data é muito mais sublime e temos, com certeza, muitas oportunidades, e até brevemente, para discutir exactamente a gestão financeira desta Câmara que parece que alguém ainda quer pôr em dúvidas. Lá teremos o debate oportuno e no momento certo para o fazer e esclarecer aqueles que, eventualmente, ainda tenham dúvidas da gestão deste Município. Decorridos trinta e quatro anos, continuamos, pois, a evocar os acontecimentos e as conquistas de Abril de 74.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas, mais do que lembrar o acontecimento histórico, cabe-nos honrá-lo. E cabe-nos também reflectir sobre o que temos hoje e, em particular, sobre algumas linhas de orientação, metodologias e opções políticas recentes que, em nosso entender, não respeitam o Povo, que foi e é, afinal, o principal destinatário da mensagem do 25 de Abril. Falamos em concreto das políticas mais economicistas e pouco justas que vêm sendo adoptadas em áreas sensíveis como a Saúde e a Educação, relativamente às quais as populações se sentem desprotegidas e despojadas de direitos elementares. Referimo-nos igualmente à prática de uma política de reformas sucessivas, mas descoordenadas e nem sempre bem enquadradas. Falamos também da acção nefasta de lobbies que prejudicam o interesse público em benefício de interesses particulares ou de motivações nem sempre muito claras. E de tudo isto temos exemplos que afectam o nosso concelho. Na área da Saúde será aquela que tem mais visibilidade, dada a reacção espontânea e tenaz da nossa população. Com efeito, o encerramento dos serviços básicos no Hospital de Anadia e no Centro de Saúde de Sangalhos sem a criação de alternativas viáveis e adequadas, foi e continua a ser matéria de importância extrema, relativamente à qual o Povo se mantém atento, demonstrando uma tenacidade de que muitos duvidavam. Mas outras matérias foram ou são objecto de preocupação e de reivindicação activa. Lembramos aqui a participação dos Munícipes na discussão da Carta Educativa de Anadia, um documento, note-se, que decorre de imposições de carácter legal. O seu conteúdo acaba também por ser fruto das competências que a Administração Central transfere para as Autarquias, sem que, no entanto, e aqui falamos, de novo, de dinheiro, tal transferência seja acompanhada dos necessários meios financeiros, obrigando a Câmara Municipal a uma concentração dos equipamentos e recursos, que nem sempre é bem compreendida pelas famílias, sendo inclusivamente forçado a encerrar desde já alguns estabelecimentos de ensino por imposição, diga-se, das regras e orientações que são estabelecidas pelo Ministério da Educação. Lembraria ainda que o desagrado da população também ocorreu por ocasião das reformas recentemente anunciadas pelo Ministério da Justiça, que se previa poderem ter repercussões no Tribunal de Anadia. Felizmente, neste âmbito, os danos não foram tão grandes como se previa, esperando que se mantenha a proposta tal qual foi anunciada, a criação de um Juízo de Pequena e Média Instância Cível, Pequena e Média Instância Criminal e Grande Instância Cível, que estava arredada de Anadia, com prejuízos inerentes e uma injustiça tremenda porque já temos aqui a grande instância sedeadada, comparativamente ou analogamente com o Tribunal de Círculo. Portanto, nós é que estávamos a perder, não fomos buscar nada, não trocámos nada. Não trocámos o encerramento das urgências por qualquer Tribunal, nós não confundimos. Nós o que estamos aqui a fazer é defender os interesses e defender aquilo que é nosso, o nosso património. E aqui, fomos realmente incisivos e tivemos a felicidade de nos apresentarem oficialmente um quadro para o Tribunal de Anadia que, não sendo óptimo, comparativamente com os nossos vizinhos, é, naturalmente, bem melhor. Este esvaziamento de equipamentos e de serviços que vem afectando o Município de Anadia é ainda visível no sector das acessibilidades, pois todos os concelhos vizinhos com afinidade política em relação ao Governo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão a ser dotados de modernas vias estruturantes, veja-se o caso da nossa vizinha Águeda, estando Anadia a ser claramente prejudicada e subalternizada nesta matéria. Neste quadro que poderia ser de algum desalento em virtude do desinteresse e de alguma prepotência do Governo, continuamos a sentir-nos fortemente motivados pela força que emerge daqueles por quem trabalhamos e por quem damos o nosso melhor: o Povo, o Povo de Anadia. É nele que reside a nossa esperança, como foi nele que residiu a esperança de quem fez o 25 de Abril. O Povo de Anadia tem-se manifestado sempre que vê os seus justos interesses ameaçados ou negados, expressando, com espírito de cidadania, as suas reivindicações e o seu direito à indignação. E não tenhamos dúvidas: esta é, e continuará a ser, a nossa forma de lutar em Liberdade e em Democracia. Viva o Povo de Anadia. Viva o 25 de Abril. Viva Portugal.” -----

----- Por último, interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que depois de cumprimentar os presentes, fez uma intervenção que se tenta transcrever: “Celebramos hoje, aqui, uma vez mais, o aniversário de uma data maior da nossa História, um dos momentos mais marcantes da nossa vida colectiva: a revolução democrática do 25 de Abril de 1974. O dia que marca o fim de uma das mais longas ditaduras na história da Europa contemporânea e o início da transição da nossa pátria, Portugal, para a democracia em que vivemos e queremos continuar a viver e a construir com o nosso trabalho, todos os dias. Este momento único da nossa história recente só foi possível porque, durante décadas, mulheres e homens de convicções políticas diversas souberam, pela sua acção, pelo seu exemplo e até pelo seu sacrifício pessoal, afirmar a esperança de um povo a quem foi negado o direito à liberdade. Trinta e quatro anos depois, o que significa afinal comemorar e evocar o 25 de Abril? Evocar Abril é homenagear o passado, analisar o presente, mas é, sobretudo, perspectivar o futuro. Futuro que são os jovens e as crianças de hoje. Os nossos filhos, os nossos netos. E por falar em futuro e jovens, é oportuno que nos detenhamos aqui por alguns momentos. Qual será o significado do 25 de Abril para os jovens, que, ao contrário de nós, não eram, então, ainda nascidos e que têm, por adquiridos, a liberdade, a democracia e um País integrado na União Europeia? A verdade é que temos assistido a um preocupante alheamento dos nossos jovens relativamente à história contemporânea de Portugal, sobretudo no que concerne à Revolução de Abril e à importância no desenvolvimento do nosso País como Nação que queremos moderna no contexto europeu e mundial. Em consequência deste alheamento, têm-se verificado interpretações por vezes distorcidas da realidade histórica. Atenta a esse problema e consciente da responsabilidade que tem enquanto órgão representativo dos cidadãos do Município de Anadia, a Assembleia Municipal, no âmbito das comemorações dos trinta e quatro anos da Revolução dos Cravos, realizou colóquios junto dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico dos estabelecimentos do nosso concelho. Fomos ter com os jovens e falámos com eles - uma iniciativa simbólica, é verdade, mas que chegou a cerca de quatrocentos alunos. Foi este o contributo que a Assembleia Municipal de Anadia e os seus Grupos Municipais entenderam oferecer aos nossos jovens nesta data emblemática. Abordámos algo que aconteceu antes de eles terem nascido e que vem nos livros de História, e de que talvez ouçam os mais velhos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falar. Explicámos que o 25 de Abril rompeu com um Portugal de miséria e de atraso. Um País isolado, triste e escondido do mundo. Um País pobre e exausto. Um País massacrado e devorado por uma guerra imposta e travada em nome de um império caduco. Um País que condenava os portugueses a uma sobrevivência indigente e sub-humana, tendo como alternativa o desespero da emigração. Os jovens, felizmente, não conheceram esse Portugal. Mas ele existiu, mesmo que haja quem o queira esquecer, esconder ou mesmo desculpar. Dissemos aos jovens que havia censura. E o que hoje vêem como natural - a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, o direito à livre reunião ou associação - não existia nesse tempo. Falámos da Polícia Política - a PIDE/DGS. E explicámos que, há pouco mais de três décadas, havia quem perseguisse, prendesse e torturasse concidadãos, porque estes, simplesmente, pensavam de forma diferente e não concordavam com um regime que cultivava a opressão, o medo e o despotismo. Estes jovens não conheceram o império, nem a ditadura, nem o quão difícil foi, já em democracia, conseguir a adesão à Europa, integrando Portugal neste enorme espaço de liberdade, no qual temos o orgulho de ter um Português como Presidente da Comissão Europeia. Esclarecemos que só depois do 25 de Abril as mulheres tiveram efectivamente igualdade de direitos e que só com as reformas então introduzidas a expressão "igualdade de oportunidades" passou a ter um significado concreto e real. Quisemos que eles atribuíssem valor ao trabalho e à luta de tantos que nos trouxeram até hoje onde estamos. Falámos das repercussões da nossa Revolução no Poder Local, realçando o poder do povo, o poder do voto e de quanto benefício daí nos adveio. Mas também reconhecemos que nem tudo correu bem, pois ocorreram erros e desacertos. Mas, hoje, olhando para trás de forma descomplexada, devemos identificá-los e assumi-los para podermos evoluir e melhorar. Igualmente transmitimos aos nossos jovens que vivemos numa democracia com direitos, mas, sobretudo, com deveres e obrigações. E só temos direitos quando os deveres estão em primeiro lugar. Foi um intercâmbio útil, interessante e necessário, que terá facultado aos nossos jovens alguns conhecimentos que lhes permitam pensar e reflectir sobre o sentido e o significado da Revolução dos Cravos. Também foi assim para a Assembleia Municipal, que saiu das suas portas e foi contactar com as pessoas e com a realidade. Foi uma actividade conseguida e a repetir. Neste aniversário de tão grata memória, comemoramos a democracia com a convicção de que temos constantemente de a aperfeiçoar, vivificar, aprofundar, pois é próprio dela reconhecer-se sempre imperfeita e inacabada. É que o 25 de Abril não se esgotou no dia 25 de Abril de 1974, nem no processo de consolidação democrática. Não foi um fim, foi um começo. Desta perspectiva, todos os dias cabe celebrá-lo e lembrar as suas exigências a cada geração que passa. Termina, com uma citação de Sophia de Mello Breyner que descreve bem aquele fantástico momento da nossa história e que levei a todos os colóquios: "a madrugada que eu esperava, o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, e livres habitamos a substância do tempo." Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal!" -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluídas as várias intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e informou de que iria ser ouvido o Hino Nacional. Após o Hino Nacional, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
